

Carta-compromisso para fortalecer o SUS e garantir o direito à saúde

O Brasil chega às eleições de 2026 diante da permanência de grandes desafios em saúde que acometem a vida cotidiana de grande parte da sua população. O acesso a serviços é díspar entre regiões e territórios. As mudanças climáticas já afetam a vida nas cidades, nos campos, nas florestas e nas periferias. A violência atinge profunda e desigualmente famílias e comunidades. A desinformação compromete decisões importantes sobre prevenção, vacinação e cuidado. Nesse contexto, e por essas razões, o país precisa fortalecer sua capacidade de produzir conhecimento e tecnologias, de responder a emergências sanitárias e de reduzir dependências em áreas estratégicas, como a produção de vacinas e medicamentos.

Priorizar a saúde exige reconhecer que as condições de saúde são produzidas nas relações entre políticas públicas, formas de organização da vida social, produção do conhecimento, trabalho, ambiente e democracia. A saúde deve ser compreendida como direito ao cuidado, à proteção social e a um ambiente saudável.

Ao situar a saúde como um campo estratégico para o desenvolvimento nacional, reafirma-se que as escolhas realizadas no presente produzirão efeitos duradouros sobre as condições de vida da população. Por isso, a saúde não pode ser reduzida a um tema setorial ou periférico, mas deve orientar as decisões públicas e integrar um projeto de país mais justo, democrático, soberano e comprometido com a dignidade de todas as pessoas.

Como candidata/o nas eleições de 2026, comprometo-me a apoiar e promover iniciativas que busquem:

1. Assegurar o financiamento regular do SUS e melhorar o cuidado em saúde em todo o país;
2. Fortalecer e consolidar o caráter público do SUS;
3. Ampliar a integração política, organizacional e operativa no SUS;
4. Aprimorar a gestão do SUS de maneira democrática e participativa;
5. Implantar Política de Pessoal Integrada para o SUS, com organização da carreira de profissionais da saúde a partir das grandes áreas de atuação no SUS (por exemplo, atenção primária, atenção hospitalar especializada, rede urgência e emergência, vigilância em saúde, apoio em gestão para o SUS);
6. Sustentar sólida política de ciência, tecnologia e inovação em saúde;
7. Reduzir desigualdades e proteger as populações em situação de maior vulnerabilidade;

8. Preparar o país para os impactos da crise climática e novas emergências em saúde ou epidemias/pandemias;
9. Fortalecer a confiança pública na ciência e enfrentar a desinformação em saúde;
10. Defender o desenvolvimento sustentável e o papel do Brasil na cooperação internacional em saúde.

1. Assegurar o financiamento regular e melhorar o cuidado em saúde em todo o país

O Sistema Único de Saúde é uma das maiores conquistas da sociedade brasileira. É o SUS que está presente na vacinação, na atenção básica, nos atendimentos de urgência, na vigilância em saúde, nos transplantes, no controle de epidemias, na assistência farmacêutica, na saúde mental e em tantas outras ações que fazem diferença na vida da população, como ficou evidente durante a pandemia de Covid-19. Fortalecer o SUS é proteger a população e fortalecer a capacidade do país de cuidar das pessoas em todas as etapas da vida. O envelhecimento da população (com aumento de condições crônicas e demandas por cuidado) e os novos desafios de saúde exigem um SUS cada vez mais forte.

Nenhum projeto de futuro para o Brasil será sólido se a população não puder contar com um sistema público de saúde capaz de prevenir doenças, oferecer cuidados continuados, responder rapidamente a crises e estar efetivamente presente em todos os territórios. Isso exige financiamento público adequado e organização das redes de cuidado.

2. Fortalecer e consolidar o caráter público do SUS

O fortalecimento do SUS exige um novo modelo de gestão pública, que reformule a gestão, assegurando agilidade, desburocratização, compromisso social e responsabilidade sanitária. Para isto, ao invés de se importar ferramentas típicas da concorrência de mercado, inapropriadas a um sistema público, o adequado aperfeiçoamento do SUS demanda a adaptação de experiências de dezena de outros sistemas públicos de saúde espalhados pelo mundo, que adotam modelos de gestão para regiões, redes e serviços, combinando integração e responsabilidade com elevado grau de autonomia operacional. É preciso superar tanto o modelo estatal insensível às demandas sociais, quanto o modelo mercantil em suas múltiplas apresentações, incluindo Organizações Sociais (OS) e congêneres, substituindo-os pelo novo modelo de autogestão do SUS. Entretanto, sem financiamento regular e suficiente, a crítica à ineficiência na gestão do SUS disfarça o combate ao seu caráter público e busca justificar medidas que ampliem a participação de organizações privadas no Sistema.

3. Ampliar a integração política, organizacional e operativa no SUS

É necessário fortalecer e estruturar as redes integrais regionalizadas de atenção à saúde, com ações de investimento para superar vazios assistenciais, ampliar a oferta pública, reduzir os

tempos de espera para atenção especializada, promover a integração assistencial e reduzir desigualdades regionais no acesso a serviços, profissionais e tecnologias.

Adicionalmente, deve ser estimulada a cooperação técnica e financeira entre os níveis de governos na saúde, em diferentes escalas regionais e em situações geográficas específicas, como nos locais de fronteiras, reservas indígenas, metrópoles, cidades menores etc.

4. Aprimorar a gestão do SUS de maneira democrática e participativa

A tradição do SUS de gestão participativa deve ser fortalecida para que a sociedade possa ter maior controle sobre o sistema público, com maior participação decisória, por exemplo, nos Conselhos de Saúde.

A gestão tripartite (União, estados e municípios) pode ser ampliada também para as Regiões de Saúde, de modo a permitir que essas gestões também tenham autonomia para definir estratégias locais, tanto nos controles de epidemias, por exemplo, quanto na gestão de política de pessoal.

5. Implantar política de Pessoal Integrada para o SUS

O SUS depende, em cada um dos seus resultados, das trabalhadoras e dos trabalhadores que o sustentam cotidianamente. A qualidade do cuidado oferecido à população está diretamente relacionada às condições de trabalho, de formação e de carreira desses profissionais, e não pode ser tratada como consequência secundária do fortalecimento do sistema.

Valorizar quem trabalha na saúde significa articular, de forma permanente, a formação de profissionais às necessidades concretas do SUS e garantir condições de trabalho e de carreira compatíveis com a complexidade dessas funções. A formação humana integral, que combina conhecimento, compromisso público e capacidade de atuação em contextos diversos, é condição para a sustentabilidade do sistema no médio e no longo prazo.

Considerando as imensas assimetrias e desigualdades regionais, entendemos que uma Política de Pessoal para o SUS, deve ser estruturada a partir da organização das carreiras de profissionais da saúde e suas inserções nas grandes áreas de atuação no SUS (por exemplo, atenção primária, atenção hospitalar especializada, rede urgência e emergência, vigilância em saúde, apoio em gestão para o SUS).

6. Sustentar sólida política de ciência, tecnologia e inovação em saúde

A pandemia tornou evidente que a dependência de outros países para obter vacinas, medicamentos, insumos, equipamentos e tecnologias em saúde compromete a proteção da vida e limita a autonomia nacional diante de situações críticas. Essa dependência expressa escolhas históricas sobre o papel e a relevância da ciência, da produção e do Estado no projeto de desenvolvimento do país. O Brasil precisa fortalecer sua capacidade de produzir o que é essencial para proteger a sua população e sustentar a sua autonomia em áreas estratégicas.

Investir em ciência, tecnologia e inovação em saúde é uma decisão que afeta diretamente a vida das pessoas. Quando o país amplia sua capacidade de pesquisa, produção e desenvolvimento, ele melhora a sua resposta às crises, reduz dependências externas, gera empregos qualificados e fortalece a sua soberania.

7. Reduzir desigualdades e proteger as populações em maior situação de vulnerabilidade

As desigualdades brasileiras têm efeitos profundos sobre a saúde. Elas definem quem tem mais acesso ao cuidado, quem vive em áreas mais expostas a riscos, quem sofre mais com a violência, quem enfrenta maiores barreiras para exercer direitos e quem encontra mais obstáculos para ser atendido com dignidade.

Enfrentar essas desigualdades não é um tema secundário. É uma condição para que o país avance de forma justa. Racismo, capacitismo, desigualdades de gênero, exclusão social e diferentes formas de violência produzem sofrimento, adoecimento e perda de oportunidades. Um país comprometido com a vida precisa enfrentar essas realidades de forma clara, coordenada e permanente.

8. Preparar o país para os impactos da crise climática e novas emergências em saúde ou epidemias/pandemias

As mudanças climáticas já afetam a saúde da população brasileira. Enchentes, secas, calor extremo, piora da qualidade do ar, insegurança alimentar, mudanças na circulação de doenças e pressão crescente sobre serviços públicos fazem parte de uma realidade que já começou e tende a se intensificar.

Esses impactos não atingem a todos da mesma forma. Sofrem mais aqueles que vivem em áreas com menor infraestrutura, menor proteção social e maior exposição ambiental. Por isso, preparar o país para a crise climática é também proteger a população mais vulnerável e fortalecer a capacidade pública de resposta, com ações regulatórias, de incorporação tecnológica, monitoramento, educação permanente, articulação intersetorial e intergovernamental entre vigilância e assistência.

9. Fortalecer a confiança pública na ciência e enfrentar a desinformação em saúde

A desinformação em saúde coloca vidas em risco. Mentiras e boatos sobre vacinas, doenças, tratamentos, prevenção e riscos ambientais confundem a população, enfraquecem políticas públicas e dificultam respostas rápidas em momentos críticos. Quando a confiança é corroída, todos perdem.

Combater a desinformação não significa apenas responder a notícias falsas. Significa garantir que a população tenha acesso a informação clara, confiável e útil para compreender seus direitos, prevenir doenças e tomar decisões mais seguras sobre sua própria saúde. Significa

também fortalecer a comunicação pública e valorizar a ciência como parte da vida cotidiana da sociedade.

10. Defender o desenvolvimento sustentável e o papel do Brasil na cooperação internacional em saúde

O futuro da saúde no Brasil também depende das escolhas que o país fará no âmbito da cooperação internacional e de sua presença em fóruns globais. O país precisa crescer reduzindo desigualdades, preservando sua biodiversidade e seu território e atuando de forma firme na defesa de um acesso mais justo a vacinas, medicamentos, tecnologias e conhecimento.

A saúde não pode ser tratada como um tema isolado das grandes decisões nacionais. Ela está intimamente relacionada ao modelo de desenvolvimento, à proteção ambiental, à capacidade produtiva do país e às relações internacionais. Em um mundo desigual, marcado por sucessivas crises e disputas por recursos estratégicos, o Brasil tem a capacidade de atuar com protagonismo em fóruns internacionais por um mundo mais justo.